

A escola sob vigilância: neoliberalismo, *accountability* e a redefinição da qualidade na gestão da educação pública em Pernambuco¹

The School Under Surveillance: Neoliberalism, Accountability, and the Redefinition of Quality in Public Education Management in Pernambuco

La escuela bajo vigilancia: neoliberalismo, accountability y la redefinición de la calidad en la gestión de la educación pública en Pernambuco

José Mawison Cândido de Lima²
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Jonas da Silva Rodrigues³
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Janete Maria Lins de Azevedo⁴
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Resumo

O artigo analisa as relações entre neoliberalismo e *accountability* na política educacional pernambucana usando como referência a plataforma Power Retre. À luz da perspectiva foucaultiana da governamentalidade, o estudo analisa o Power Retre, a partir dos operadores analíticos: condução das condutas, tecnologias de poder e racionalidade biopolítica. De natureza documental, bibliográfica e analítica, argumenta-se que a plataforma incorpora princípios da Nova Gestão Pública e da *accountability*, configurando-se como dispositivo de governo das condutas, mobilizando tecnologias de poder que monitoram, classificam e regulam a realidade escolar segundo critérios de qualidade e desempenho. A pesquisa sustenta que a plataformização da gestão educacional reconfigura a regulação da educação pública ao constituir um dispositivo que operacionaliza uma racionalidade biopolítica por meio da avaliação externa em larga escala, da gestão por resultados e das metas de desempenho.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; *accountability*; governamentalidade; Power Retre; Pernambuco.

¹ Artigo oriundo das pesquisas desenvolvidas na Rede de Estudos e Pesquisa em Política de Avaliação Educacional e *Accountability* (REPAAE); e com financiamento da CNPQ, CAPES e FACEPE.

² Doutorando em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8610-1002>. E-mail: mawisonlima@gmail.com.

³ Doutorando em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6963-3680>. E-mail: jonas.srodrigues@ufpe.br.

⁴ Doutora em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2089-6735>. E-mail: janete.azevedo@ufpe.br.



Abstract

The article analyzes the relationships between neoliberalism and accountability in Pernambuco's educational policy, using the Power Retre platform as a reference point. Drawing on the Foucauldian perspective of governmentality, the study examines Power Retre through the following analytical operators: the conduct of conduct, technologies of power, and biopolitical rationality. Documental, bibliographic, and analytical in nature, the study argues that the platform incorporates principles of New Public Management and accountability, constituting itself as a device for governing conduct and mobilizing technologies of power that monitor, classify, and regulate the school reality according to criteria of quality and performance. The research maintains that the platformization of educational management reconfigures the regulation of public education by constituting a device that operationalizes a biopolitical rationality through large-scale external assessment, results-based management, and performance targets.

Keywords: New Public Management; Accountability; Governmentality; Power Retre; Pernambuco.

Resumen

Este artículo analiza las relaciones entre el neoliberalismo y la rendición de cuentas en la política educativa de Pernambuco, tomando como referencia la plataforma Power Retre. Partiendo de la perspectiva foucaultiana de la gubernamentalidad, el estudio examina Power Retre mediante los siguientes operadores analíticos: la conducta de la conducta, las tecnologías del poder y la racionalidad biopolítica. De carácter documental, bibliográfico y analítico, el estudio sostiene que la plataforma incorpora principios de la Nueva Gestión Pública y la rendición de cuentas, constituyéndose como un instrumento para gobernar la conducta y movilizar tecnologías del poder que monitorean, clasifican y regulan la realidad escolar según criterios de calidad y desempeño. La investigación afirma que la plataformización de la gestión educativa reconfigura la regulación de la educación pública al constituir un instrumento que operacionaliza una racionalidad biopolítica a través de la evaluación externa a gran escala, la gestión basada en resultados y las metas de desempeño.

Palabras clave: Nueva Gestión Pública; Rendición de cuentas; Gubernamentalidad; Power Retre; Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As transformações que atravessam as políticas educacionais contemporâneas não podem ser compreendidas de forma isolada das mudanças mais amplas ocorridas na organização do capitalismo e do Estado. A partir dos anos 1990, reformas inspiradas pelos princípios do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública (NGP) difundiram-se em diversos países, promovendo novas formas de regulação das políticas sociais e redefinindo os sentidos atribuídos à educação pública. Nesse contexto, conceitos historicamente vinculados às lutas democráticas e à ampliação dos direitos sociais — como qualidade, participação, gestão democrática e responsabilização — foram progressivamente ressignificados à luz de uma

racionalidade orientada pela eficiência, mensuração de resultados e controle do desempenho institucional.

No campo educacional, esse processo manifesta-se na expansão dos sistemas de avaliação em larga escala, na definição de metas de desempenho, na construção de indicadores educacionais e na difusão de mecanismos de *accountability*. Embora frequentemente apresentados como instrumentos de modernização administrativa e melhoria da qualidade da educação, tais dispositivos têm sido objeto de críticas por promoverem formas de regulação que privilegiam resultados quantificáveis, intensificam processos de responsabilização e ampliam mecanismos de controle sobre escolas, gestores e professores. Em vez de constituírem instrumentos neutros de gestão, esses mecanismos integram disputas políticas e ideológicas acerca do papel da educação pública, da natureza da qualidade educacional e dos limites da democratização dos sistemas de ensino.

É nesse cenário que se insere a experiência do estado de Pernambuco, frequentemente apontada como referência nacional em políticas de gestão educacional orientadas por resultados. Desde a implementação do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação (PMGP–ME), consolidou-se no estado uma arquitetura institucional baseada na articulação entre avaliação externa, monitoramento permanente de indicadores, bonificação por desempenho e mecanismos de responsabilização. Tal modelo vem sendo continuamente aperfeiçoado mediante a incorporação de novas tecnologias de gestão e sistemas digitais de acompanhamento do cotidiano escolar.

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre neoliberalismo e *accountability* na política educacional pernambucana, usando como referência a plataforma Relatório dos Estudantes com Tendência à Reprovação e ao Abandono (Power Retre). Busca-se compreender quanto esse dispositivo, concebido para monitorar trajetórias escolares e prevenir situações de evasão e reprovação, opera como mecanismo de regulação gerencial, vigilância digital e responsabilização dos sujeitos escolares. Parte-se da conjectura de que a plataforma ultrapassa sua função declarada de acompanhamento pedagógico, integrando um conjunto mais amplo de estratégias de governança pautada em dados, indicadores e sistemas de controle orientados pela lógica da performatividade.

O corpus documental do estudo foi constituído por documentos sobre a política de responsabilização e fontes públicas sobre o Power Retre. Como a plataforma, criada em 2011, não possui legislação específica, a pesquisa concentrou-se em informações disponibilizadas em seu sítio institucional e nos Painéis da Educação de Pernambuco. Também foram analisados documentos públicos localizados por meio de buscas sistemáticas na internet, bem como a publicação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) referente ao 28º Concurso de Inovação no Setor Público, que descreve seus objetivos, concepção e funcionamento. Além disso, para a seleção do corpus considerou-se: (i) a pertinência ao objeto, contemplando o Power Retre; (ii) o carácter institucional ou público das fontes; e (iii) as políticas educacionais de responsabilização (SAEPE, IDEPE, BDE e SIEPE) (na seção 2).

Além destas considerações iniciais e das finais, o artigo está organizado em três seções. A primeira discute a emergência da racionalidade neoliberal e seus impactos nas políticas educacionais, com destaque para a ressignificação de conceitos como qualidade, democracia, participação e gestão democrática. A segunda aborda a trajetória da política educacional pernambucana, enfatizando a consolidação de um sistema de *accountability* baseado em avaliações externas, metas, bonificação e monitoramento contínuo. A última expõe o Power Retre como dispositivo de *accountability* digital, discutindo a arquitetura, funcionamento e efeitos sobre a gestão escolar, o trabalho docente e a regulação contemporânea da educação pública.

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A REDEFINIÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

As políticas educacionais contemporâneas fazem parte de um movimento mais amplo de reconfiguração do capitalismo e do Estado, no qual a educação é progressivamente subordinada às demandas da acumulação flexível e aos padrões de sociabilidade correspondentes. As transformações na ordem capitalista mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 estão associadas à crise do modelo fordista-keynesiano, que estruturou o capitalismo nos países centrais desde o pós-Segunda Guerra Mundial, articulando produção em massa, ampliação do consumo, estabilidade do emprego e forte intervenção estatal.

A desaceleração do crescimento econômico, as crises do petróleo, a queda das taxas de lucro e o avanço da concorrência internacional levaram o capital a buscar novas formas de acumulação (Harvey, 2008), dando origem à reestruturação

produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho, incorporação intensiva de tecnologias informacionais, automação e métodos de gestão inspirados no toyotismo e na produção enxuta, que substituiu a lógica rígida por formas flexíveis de organização caracterizadas pela precarização das relações trabalhistas, terceirização e valorização da produtividade. Esses rearranjos se refletiram em praticamente todas as esferas da vida social, com destaque para os sistemas de ensino, enraizando-se em suas estruturas a partir de uma filosofia de ação que permanece hegemônica até o presente.

Harvey (2008) e Mészáros (2011) acentuam que essas mudanças afetaram os processos produtivos e operaram profundas alterações nos padrões de sociabilidade construídos ao longo do século XX, exigindo sujeitos adaptáveis, competitivos e individualizados, capazes de responder às demandas da acumulação flexível. Consolidou-se, nesse movimento, a hegemonia do neoliberalismo enquanto racionalidade política, econômica e cultural, que não se restringe a uma política econômica, mas constitui uma forma de governo que reorganiza instituições, subjetividades e modos de vida, tornando-se a “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016), fundada na redução do papel do Estado nas políticas sociais, na ampliação do mercado como princípio regulador da vida social e na valorização da eficiência, da concorrência e da responsabilização individual (Azevedo, 2004).

É no interior dessas transformações que se situam as reformas educacionais implementadas em diversos países a partir dos anos 1990, inclusive no Brasil, sob forte influência de organismos multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE, que passaram a conceber a educação como elemento estratégico para a competitividade econômica e a formação de capital humano adequado às exigências do mercado globalizado (Frigotto, 2013; Ball, 2014; Oliveira, 2020). Os referenciais das reformas dos anos 1990, ainda que com ajustes, permanecem nas políticas educacionais hegemônicas voltadas à educação básica, em que conceitos-chave passam a expressar princípios da racionalidade neoliberal, redefinindo os processos de gestão e os sentidos da escolarização pública.

Na educação, os princípios da NGP concretizaram-se pela disseminação de dispositivos de *accountability*, que condensa os pilares da avaliação, da prestação de contas e da responsabilização (Afonso, 2021), com a ampliação das avaliações em larga escala, o estabelecimento de metas de desempenho e a elaboração de

indicadores educacionais. Escolas e sistemas educacionais passaram a incorporar práticas gerenciais de planejamento estratégico, monitoramento de resultados, premiação por desempenho e controle do trabalho pedagógico, de modo que a gestão escolar assume características administrativas orientadas pela lógica empresarial, em processo marcado pela intensificação de parcerias público-privadas e pela atuação de fundações empresariais e organizações do terceiro setor.

No Brasil das décadas de 1970 e 1980, esses princípios citados anteriormente, associavam-se às lutas pela redemocratização e à defesa da educação pública como direito social, mas, a partir da segunda metade dos anos 1990, com a Reforma do Aparelho do Estado nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que substituiu o modelo burocrático por uma administração gerencial inspirada nas práticas empresariais e consolidou os princípios da Nova Gestão Pública — produtividade, descentralização, eficiência, avaliação de desempenho, controle por resultados e responsabilização (Azevedo, 2002).

Nesse sentido, a noção de qualidade da educação sofre uma inflexão significativa, passando a ser associada sobretudo à eficiência, ao alcance de metas e ao desempenho mensurado por testes padronizados e estandardizados. Sistemas de avaliação em larga escala, rankings, indicadores de rendimento e políticas de premiação tornam-se instrumentos centrais da regulação educacional, consolidando uma concepção de qualidade vinculada à lógica empresarial, centrada em resultados quantitativos e comparações competitivas entre escolas e redes de ensino (Freitas, 2018). Reforça-se, assim, a lógica da performatividade e da competição entre escolas, redes e profissionais, por meio de reformas e mecanismos de regulação que redefinem o trabalho docente e a educação pública (Frigotto, 2013; Ball, 2014).

O conceito de democracia também é redefinido. Se anteriormente estava vinculado à ampliação dos direitos sociais e da participação coletiva, passa a ser constantemente reinterpretado sob a lógica da descentralização administrativa e da autonomia gerencial. O sentido da descentralização não implica necessariamente ampliação do poder decisório da comunidade escolar, mas, frequentemente, transfere as responsabilidades administrativas e financeiras às escolas e municípios, sem a correspondente ampliação das condições materiais e políticas de participação.

A gestão democrática passa por um processo de resignificação, pois, embora permaneça formalmente presente em documentos legais, como a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (1996) e os subsequentes planos decenais, seu conteúdo é progressivamente atravessado pelos princípios da gestão gerencial, aproximando o diretor escolar do perfil de gestor eficiente, responsável pelo cumprimento de metas e resultados. Instrumentos da administração empresarial, como planejamento estratégico, monitoramento de desempenho, avaliação por indicadores e responsabilização, passam a organizar a dinâmica das redes e escolas, esvaziando politicamente a gestão democrática, em que a participação deliberativa cede lugar ao controle técnico-administrativo e à responsabilização individual.

Em síntese, os conceitos de participação, qualidade, democracia e gestão democrática deixam de estar prioritariamente associados à ampliação dos direitos coletivos e à construção de uma escola pública emancipatória e passam a incorporar significados compatíveis com as exigências da acumulação flexível e a racionalidade neoliberal. Em última instância, trata-se não apenas de mudanças terminológicas, mas de disputas políticas e ideológicas acerca do sentido da educação pública e do papel da escola na sociedade contemporânea. Tais conceitos articulam-se aos referenciais normativos globais (Muller, 2018), que se espalham nos espaços locais, segundo a lógica que rege o processo de globalização das sociedades de mercado.

Essa reconfiguração da racionalidade política e educacional é analisada, neste artigo, a partir da perspectiva foucaultiana da governamentalidade, compreendida como o conjunto de racionalidades, saberes, tecnologias e procedimentos por meio dos quais se exerce o governo das condutas (Foucault, 1979). A operacionalização dessa noção, neste estudo, apoia-se em três operadores analíticos que permitem compreender as plataformas digitais de monitoramento educacional não apenas como ferramentas tecnológicas de gestão, mas como dispositivos de governo das condutas inscritos na racionalidade neoliberal.

O primeiro operador é a *condução das condutas*, dimensão pela qual o poder estrutura o campo de ação dos indivíduos e orienta comportamentos sem recorrer predominantemente à coerção direta, aproximando-se do que Foucault descreve como uma arte de governar distinta tanto da soberania quanto da disciplina estrita. O segundo é as *tecnologias de poder*, isto é, o conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que viabilizam essa forma específica de poder, produzindo mecanismos de intervenção e controle sobre o cotidiano escolar. O terceiro é a *biopolítica*, racionalidade que toma a população, e não mais apenas o território ou o

indivíduo isolado, como alvo principal de governo, articulando-se a um saber econômico e a dispositivos de segurança que permitem gerir os fenômenos coletivos em profundidade, por meio de estatísticas, indicadores e mecanismos de regulação. Assim, mais do que designar a ação do Estado, a governamentalidade refere-se às formas pelas quais o poder orienta o agir dos sujeitos, menos pela coerção e mais pela produção de condições que favorecem determinadas maneiras de agir, decidir e autorregular-se.

Nas últimas décadas, Pernambuco tem se destacado pelas políticas educacionais baseadas na racionalidade gerencial e nos princípios da NGP em diferentes governos, centrando suas ações em avaliações em larga escala, monitoramento de indicadores, metas e responsabilização das escolas e dos profissionais. Por articular avaliação, gestão gerencial, bonificação por desempenho e monitoramento de resultados, além de inovar em dispositivos de controle, como o Power Retre (foco da terceira seção), o estado constitui espaço privilegiado para a análise das formas contemporâneas de regulação educacional. A próxima seção expõe um breve panorama da política educacional pernambucana, contextualizando o surgimento gradual dessa plataforma.

O SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO COMO MOTOR DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco aderiu ao conjunto de reformas educacionais em um contexto de baixos indicadores nas avaliações externas do SAEB e do IDEB, especialmente em 2005 e 2007, quando ocupava posições desfavoráveis nos anos finais do Ensino Fundamental em âmbito nacional, paradoxalmente, enquanto se destacava economicamente como a 10ª maior economia do país, com crescimento do PIB superior à média nacional. A busca pela reversão desse quadro impulsionou a criação de políticas públicas educacionais (Lima, 2020).

Essa transição consolidou-se por meio do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação (PMGP–ME), que elevou a avaliação em larga escala, as metas de desempenho, a produtividade e a meritocracia à condição de elementos centrais do cotidiano escolar. Os objetivos do Programa de Modernização da Gestão consistem em consolidar a cultura democrática e a participação popular nas escolas. Para Oliveira e Vieira (2014, p. 25), o PMGP–ME se

fundamenta em um “modelo político que prevê metas e resultados por escola, envolvendo e responsabilizando toda a comunidade escolar [...]”.

No campo educacional, o PMGP–ME incorpora a lógica da gestão por resultados, exigindo responsabilização e cumprimento de atribuições por parte de todas as instâncias envolvidas — Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE), Gerências Regionais de Educação (GREs) e escolas —, constituindo um sistema de gestão pautado pela *accountability* educacional. Tal sistema fundamenta-se em princípios como flexibilidade, descentralização e participação dos diferentes atores do processo educativo (Pernambuco, 2012).

Nesse contexto, Pernambuco instituiu, pela Lei Complementar n.º 125/2008, o Programa de Educação Integral (PEI), objetivando “o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco” (Pernambuco, 2008b); e tendo por finalidades: sistematizar e disseminar inovações pedagógicas e gerenciais, expandir o modelo de educação integral no estado e fortalecer o modelo de gestão por resultados nas Escolas de Referência, etc. Tais mudanças propostas estavam fortemente orientadas para a melhoria dos indicadores educacionais, especialmente do IDEB e das boas colocações nos rankings nacionais.

Entretanto, Silva, Barbosa e Benittes (2019) argumentam que o PMGP–ME e o PEI, ao priorizarem a mensuração do êxito das práticas educacionais em detrimento da formação humana, deformam objetivos educacionais vinculados aos direitos sociais, pois transferem às escolas a lógica competitiva das organizações privadas, em que os resultados das avaliações externas se tornam o foco do Ensino Médio, e a formação dos estudantes é reorganizada para atendê-las prioritariamente.

Outra ação importante do PMGP–ME foi a reformulação do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), que adotou um formato semelhante ao SAEB, mas com aplicação anual. O SAEPE foi implantado em 2000, durante o governo de Jarbas Vasconcelos, por meio de parceria entre a UNESCO, o MEC/INEP e os municípios, em cooperação com a UNDIME-PE (Lima, 2020). A avaliação em larga escala pernambucana concentra-se nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, abrangendo tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio.

Ainda em 2008, no governo de Eduardo Campos, a SEE/PE celebrou acordo com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), que

passou a responder pela organização do SAEPE, e criou o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), um dos principais instrumentos de monitoramento da política educacional estadual (Lima, 2020). Seus resultados fundamentam o Prêmio IDEPE, que ranqueia as gerências e escolas e premia estas últimas que apresentam os melhores resultados ou maior crescimento, promovendo a publicização dos desempenhos, que é prática característica das políticas de “alta responsabilização”.

Outra medida importante foi a criação do Bônus de Desempenho Educacional (BDE), instituído pela Lei n.º 13.486/2008, cujo recebimento está condicionado à participação no SAEPE e ao alcance das metas do IDEPE, estabelecendo forte articulação entre avaliação, metas e bonificação financeira. O BDE consiste em uma premiação por resultados destinada aos servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino (Pernambuco, 2008a). A bonificação é concedida aos profissionais da educação que atingem, no mínimo, 50% da meta projetada, sendo o valor recebido proporcional ao desempenho alcançado.

Se o SAEPE fornece os resultados e o IDEPE representa as metas, o Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE) constitui o principal mecanismo de controle e monitoramento do cotidiano escolar. Implantado pela Portaria SE n.º 4.636/2011, substituiu o diário de classe impresso pelo eletrônico, permitindo o acompanhamento contínuo de notas, frequências, planejamentos, aulas previstas e ministradas, médias bimestrais, fluxo escolar e distorção idade-série em tempo real (Pernambuco, 2012; Lima, 2020). Além disso, articula-se a programas sociais, como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia (Lei n.º 14.818/2024).

O SIEPE “viabiliza o refinamento das estratégias de monitoramento das instituições escolares e dos sujeitos que a integram” (Silva; Teixeira; Barbosa, 2019, p. 155), entrando no ambiente escolar e ancorando-se na ideia toyotista de que um perfil técnico de gestão mediado por base tecnológica garante maior eficiência e aprimoramento dos resultados.

Nas escolas pernambucanas, o gestor passa a atuar como uma espécie de gerente responsável por conduzir a unidade escolar conforme parâmetros de produtividade e desempenho. O uso do SIEPE torna-se central nesse processo, gerenciando dados de frequência, rendimento e acompanhamento pedagógico em tempo real. Embora apresentado como símbolo da modernização administrativa, o

sistema é interpretado como instrumento de hiperburocratização e intensificação do controle sobre o trabalho escolar (Gomes, 2023).

Articulados, o SAEPE, o IDEPE e o BDE estruturam a política educacional pernambucana segundo os princípios da *accountability*, com fortes impactos sobre o cotidiano das escolas, que, segundo Lima e Santos (2024), se traduzem em estratégias mobilizadas pela gestão central (avaliação, divulgação, formação e bonificação) e em táticas mobilizadas pelas escolas (planejamento, estreitamento curricular e treinamento) voltadas às avaliações externas.

A política educacional pernambucana caracteriza-se, assim, como um modelo de “alta responsabilização” — *high stakes* — (Oliveira; Clementino, 2020), no qual os resultados dos testes padronizados — SAEPE e SAEB — são utilizados como critérios para premiações financeiras e mecanismos de regulação institucional. Em outras palavras, Santos e Vilarinho (2021, p. 1166) observam que, ao priorizar o desempenho dos estudantes aferido por testes padronizados, “as políticas de *accountability* educacional promovem um controle e uma regulação centrados no produto e não nos processos, o que revela contornos de um padrão de política pública afinado com as formas de regulação estatal neoliberal”.

É nesse espaço político-institucional que se insere o Power Retre, que, embora apresentado como iniciativa de superação do baixo rendimento de parcela dos estudantes, seu modo de operação, como o de outros dispositivos gerencialistas, reforça o controle e a regulação do trabalho dos profissionais da educação e privilegia uma concepção hegemônica de qualidade, centrada em resultados e indicadores de desempenho, em detrimento dos processos formativos e das múltiplas dimensões da aprendizagem — tema aprofundado na seção seguinte.

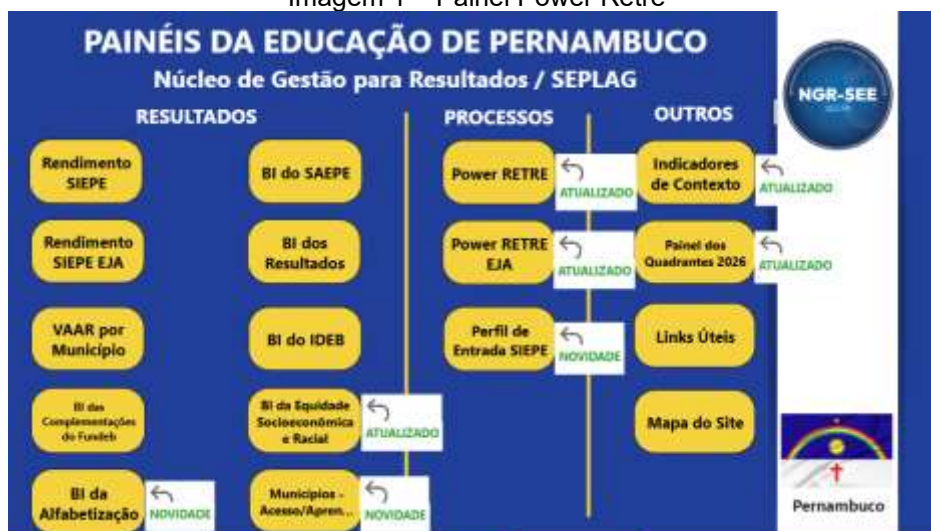
O POWER RETRE COMO DISPOSITIVO DE ACCOUNTABILITY: TRAJETÓRIA, ARQUITETURA E LÓGICAS DE CONTROLE

A plataforma Power Retre foi criada em 2011, no contexto do PMGP–ME, sendo apresentada pela SEE/PE como uma ferramenta de “gestão à vista” voltada ao monitoramento da reprovação, da evasão, da distorção idade-série e da infrequência escolar. Desde sua formulação inicial, o sistema foi concebido como parte de uma ampla reorganização da gestão educacional pernambucana orientada pelos princípios

da NGP, da *accountability* e da governança por resultados, consolidando, desde sua origem, uma racionalidade de governo das condutas escolares que antecipa o que este estudo compreende, a partir de Foucault (1979), como governamentalidade.

O desenvolvimento do Power Retre ocorreu no âmbito do Núcleo de Gestão para Resultados na Educação (NGR-SEE), criado em parceria entre a SEE/PE e a Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG). Ainda que o sistema tenha começado a ser desenvolvido em 2011, sua operacionalização efetiva na rede estadual ocorreu em 2015, inicialmente por meio de uma macro do MS Excel conhecida pelos profissionais da educação como Macro Retre. Em 2017, o sistema foi incorporado oficialmente ao SIEPE como Relatório 5, tornando-se parte da infraestrutura institucional de monitoramento da rede estadual. No ano seguinte, migrou para o MS Power BI, passando a operar por meio de painéis digitais online (imagem 1) integrados aos diferentes níveis da gestão educacional.

Imagem 1 – Painel Power Retre



Fonte: SEPLAG

Os dados utilizados pela plataforma são extraídos bimestralmente do SIEPE, permitindo o acompanhamento contínuo das trajetórias escolares dos estudantes. O sistema opera em múltiplos níveis da hierarquia educacional — professores, gestores escolares, GREs e órgãos centrais da SEE/PE —, consolidando um fluxo permanente de informações sobre estudantes, turmas, escolas e docentes.

O acesso à plataforma é restrito aos profissionais autorizados da SEE/PE, das GREs e das escolas estaduais, não constituindo uma ferramenta de acesso público. A pesquisa também não identificou evidências de parcerias público-privadas para seu

desenvolvimento ou gestão, sendo sua governança exercida pela própria secretaria. Em 2024, a ferramenta foi premiada no 28º Concurso de Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e teve ampliada sua capacidade analítica com a incorporação de variáveis relacionadas a gênero, raça/cor, localização territorial e Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) (ENAP, 2025).

Embora apresentada institucionalmente como instrumento de acompanhamento pedagógico e prevenção do abandono escolar, a plataforma integra um movimento mais amplo de transformação das políticas educacionais brasileiras, marcado pela incorporação de monitoramento contínuo, avaliação em larga escala e responsabilização por indicadores quantitativos — processo articulado tanto à difusão internacional de reformas neoliberais e gerencialistas quanto à reformulação da administração pública pernambucana, tal como supracitado.

No caso pernambucano, a sua implementação deve ser compreendida no interior de um modelo de gestão que passou a privilegiar metas, indicadores e resultados mensuráveis como critérios centrais de definição da qualidade educacional. A partir do PMGP–ME, consolidou-se uma arquitetura político-administrativa fundada na integração entre avaliação externa, bonificação por desempenho, monitoramento digital e responsabilização das escolas e dos profissionais da educação. Nesse cenário, o Power Retre emerge como um dos principais instrumentos de operacionalização da *accountability* educacional no estado.

Essa circulação verticalizada de informações evidencia que aquilo que a Secretaria denomina “gestão à vista” ultrapassa a ideia de simples transparência administrativa. Trata-se, na realidade, da constituição de uma arquitetura de vigilância e controle baseada na coleta sistemática de dados, na comparação de desempenhos e na produção contínua de indicadores, movimento que se aproxima do que Foucault (1979) descreve como a governamentalização da gestão. A gestão escolar passa, assim, a ser permanentemente observada, classificada e avaliada segundo parâmetros quantitativos definidos centralmente.

A noção de “gestão à vista”, amplamente difundida pela literatura gerencialista, possui origem em modelos empresariais voltados ao acompanhamento permanente de metas e produtividade. No campo educacional, entretanto, sua incorporação produz implicações que extrapolam o plano administrativo. Ao converter práticas pedagógicas em dados constantemente monitoráveis, o sistema altera as relações

entre professores, gestores e estudantes, deslocando o foco do debate educacional para o desempenho mensurável.

Ball (2005) argumenta que a performatividade constitui uma tecnologia política de regulação baseada na comparação contínua entre sujeitos e instituições. Nessa lógica, indicadores, rankings e metas deixam de funcionar apenas como instrumentos técnicos de avaliação e passam a produzir efeitos subjetivos profundos, induzindo escolas e profissionais a reorganizarem suas práticas em função das exigências do desempenho. O que está em jogo não é apenas medir resultados, mas governar condutas por meio da pressão permanente pela produtividade.

Essa trajetória evidencia não apenas a modernização tecnológica, mas o aprofundamento dos mecanismos de coleta, processamento e cruzamento de dados, pois a migração para plataformas de *business intelligence* ampliou a capacidade de vigilância e previsibilidade do sistema, alinhando-se às formas de governança algorítmica baseadas em análises preditivas e classificação de riscos, convergindo para o que Foucault (1979) situa como a articulação entre saber e técnicas de governo das populações. Os dados deixam de ser descritivos e assumem caráter prescritivo, pois o sistema produz, para as escolas, alertas, classificações e projeções que orientam intervenções pedagógicas e administrativas.

A expansão dessas plataformas integra a “dataficação da educação” (Saura; Adrião; Arguelho, 2024; Afonso, 2021), isto é, a transformação dos processos educativos em dados continuamente coletáveis, comparáveis e analisáveis. Tais plataformas digitais redefinem a natureza da gestão educacional, deslocando o foco da formação humana para a administração de fluxos informacionais e indicadores de desempenho, configurando uma “governança algorítmica”, ou seja, a internalização de normas de desempenho, ampliação da autovigilância e subordinação das práticas educativas aos sistemas digitais de monitoramento.

Sob a ótica da governamentalidade, o Power Retre nos mostra formas contemporâneas de exercício do poder que ultrapassam a fiscalização administrativa. A plataforma conduz as condutas de gestores e professores ao induzir a reorganização do trabalho pedagógico em função de metas, indicadores e classificações, favorecendo autorregulação e internalização da vigilância — governo das condutas que se materializa em tecnologias de poder (algoritmos, painéis digitais,

relatórios automatizados, sistemas de classificação) capazes de transformar dados escolares em saberes orientadores das decisões pedagógicas e administrativas.

Opera, simultaneamente, uma racionalidade biopolítica, ao deslocar o foco do estudante individual para a população escolar, administrada por indicadores, projeções e perfis de risco relacionados à evasão, reprovação e distorção idade-série. Assim, o Power Retre não apenas monitora a realidade escolar, mas a produz, ao definir parâmetros de normalidade, prioridades de intervenção e modos de compreender a qualidade educacional.

Os objetivos declarados desse dispositivo expressam essa racionalidade gerencial. O acompanhamento contínuo do rendimento escolar e a identificação de estudantes “em risco” deslocam os problemas educacionais para o plano da gestão técnica e da eficiência pedagógica. A evasão, a reprovação e a distorção idade-série passam a ser tratadas como falhas de monitoramento ou intervenção pedagógica, obscurecendo as determinações sociais, econômicas e estruturais que condicionam a produção das desigualdades educacionais.

Ao associar diretamente os resultados dos estudantes às práticas docentes, o sistema contribui para individualizar responsabilidades e reforçar mecanismos de culpabilização das escolas e dos profissionais da educação. As desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional — pobreza, racismo, desigualdade territorial, precarização das condições de trabalho etc. — tendem a ser secundarizadas diante da centralidade assumida pelos indicadores quantitativos.

Nessa lógica, a própria noção de qualidade educacional se desloca e se converte em um “significante flutuante”, disputado por diferentes projetos políticos e hegemonizado na NGP, com critérios quantitativos que reduzem a aprendizagem ao desempenho em avaliações externas e aos indicadores de fluxo escolar (Marques; Mendes; Maranhão, 2019). Em Pernambuco, articula-se, ainda, a mecanismos de bonificação, como o BDE e o Adicional de Eficiência Gerencial (AEG), cuja associação entre monitoramento digital e incentivos financeiros intensifica a *accountability* verticalizada e amplia a pressão institucional sobre escolas e profissionais.

A necessidade permanente de demonstrar produtividade e eficiência diante de sistemas contínuos de avaliação caracteriza o denominado “terror da performatividade” (Ball, 2005), lógica que o Power Retre fortalece ao transformar o

desempenho escolar em objeto de monitoramento permanente e critério de avaliação do trabalho pedagógico e da gestão escolar. É a escola cada vez mais sob vigilância!

Embora os discursos oficiais mobilizem conceitos como participação, democracia e gestão compartilhada, a configuração concreta da política educacional pernambucana revela forte centralização decisória. O Power Retre insere-se nesse contexto como instrumento de coordenação verticalizada da rede, induzindo formas de participação subordinadas ao cumprimento de metas e indicadores.

A participação dos profissionais da educação na construção e implementação da plataforma restringiu-se, em grande medida, a aspectos técnicos de operacionalização e usabilidade. Não houve abertura significativa para debates sobre os pressupostos políticos do sistema, os critérios de classificação dos estudantes ou os impactos do monitoramento algorítmico sobre o trabalho docente.

Conforme argumenta Afonso (2021), processos efetivamente democráticos de transparência exigem participação substantiva dos sujeitos educacionais na definição dos usos, finalidades e limites das plataformas digitais. Quando essa participação se restringe à adesão funcional aos dispositivos de controle, a transparência converte-se em instrumento de regulação e não de democratização.

A intensificação do monitoramento tende a alterar a cultura escolar, pois a pressão constante pelo alcance de metas induz práticas que priorizam à melhoria de indicadores, como priorização de conteúdos cobrados em avaliações externas, uso intensivo de simulados (Lima; Santos, 2024) e intervenções nos estudantes classificados como “de risco”, em detrimento de processos formativos mais amplos. Estudos críticos sobre *accountability* educacional apontam que essa centralidade dos indicadores estreita o currículo e reduz a complexidade da experiência educativa à lógica da mensuração, tornando secundários a formação humana integral, a dimensão crítica da educação e os processos coletivos de construção do conhecimento.

A incorporação de variáveis como raça/cor, gênero e nível socioeconômico, embora possa refinar diagnósticos sobre desigualdades educacionais, amplia a capacidade classificatória da plataforma e suscita questões éticas ligadas à produção de perfis de risco, pois, sob forte pressão por resultados, estudantes identificados como “potencialmente problemáticos” tornam-se alvo de acompanhamento intensivo, o que, paradoxalmente, reforça a rotulação e a exclusão, fazendo a lógica preditiva produzir novos mecanismos de diferenciação e hierarquização na escola pública.

Ao articular monitoramento digital, gestão por resultados e bonificação, o Power Retre configura-se como dispositivo de “*accountability* digital” (Afonso, 2021). Mais do que acompanhar o trabalho pedagógico, passa a regular o trabalho escolar e a transferir a escolas e profissionais a responsabilidade pelos indicadores oficiais, intensificando o pilar da sanção. A prestação de contas, assim, perde seu potencial democrático e se subordina à performatividade e à gestão por metas, sem que se amplie a participação desses profissionais na definição das políticas educacionais.

Nesse contexto, as plataformas digitais de serviços on-line passam a determinar o ritmo do trabalho docente, exigindo disponibilidade integral ou intermitente dos trabalhadores e vinculando a remuneração à execução da atividade, além de produzir subjetividades quantificáveis, passíveis de comparação e normalização a partir da análise de desempenhos e indicadores (Nascimento, 2024). Mais que uma ferramenta tecnológica, o Power Retre expressa uma racionalidade política fundada na crença de que os problemas educacionais podem ser solucionados pela coleta intensiva de dados, gestão algorítmica e responsabilização individualizada dos sujeitos escolares, consolidando formas de regulação que combinam vigilância digital, controle gerencial e performatividade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Pernambuco se constitui como referência pioneira de políticas de alta responsabilização educacional no Brasil, combinando avaliação em larga escala, bonificação por desempenho e monitoramento sistemático de resultados numa arquitetura da qual o Power Retre é hoje peça fundamental, presente em toda a rede estadual e articulado aos profissionais da educação — lógica que os três operadores da governamentalidade foucaultiana, mobilizados no estudo, ajudam a compreensão.

Como condução das condutas, a ferramenta estrutura o campo de ação de gestores e professores por meio de metas e classificações, induzindo à autorregulação, em vez de utilizar à coerção direta; essa condução se materializa, enquanto tecnologia de poder, em algoritmos, painéis digitais e sistemas de classificação que transformam dados escolares em saberes orientadores das decisões pedagógicas e administrativas. A esses dois operadores soma-se uma racionalidade biopolítica, que desloca o alvo do governo do estudante individual para

a população escolar, administrada por indicadores, projeções e perfis de risco relacionados ao fluxo escolar (à evasão, à reprovação e à distorção idade-série etc.).

Essa articulação entre operadores explica a expressão mais refinada do modelo gerencialista pernambucano, o Power Retre. Essa ferramenta permite monitoramento contínuo, predição, acompanhamento em tempo real e elevação de indicadores quantitativos “de qualidade”. Explica também por que o Power Retre não apenas monitora a realidade escolar, mas a produz, ao definir parâmetros de normalidade, prioridades de intervenção e os próprios sentidos atribuídos à qualidade educacional.

Nota-se que o cotidiano escolar apresenta hiperburocratização, hipervigilância, pressão extrema da gestão sobre os profissionais da educação e uma cultura de maximização de resultados que substitui o julgamento ético-político por uma medida de eficiência supostamente neutra, ocultando as finalidades de cada instituição. Talvez seja ainda mais revelador, contudo, aquilo que o Power Retre omite do que aquilo que declara. Assim, a ausência de referência a condições de trabalho docente, currículo, gestão democrática ou participação estudantil é intencional e constitutiva da própria governamentalidade neoliberal que estrutura a ferramenta, reduzindo o campo do politicamente relevante ao tecnicamente mensurável.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Novos caminhos para a sociologia: tecnologias em educação e *accountability* digital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e250099, 2021.

AZEVEDO, J. M. L. de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set./2002, p. 49-71.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BALL, S. J. **Educação global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **2º Concurso Inovação do Setor Público**: iniciativas premiadas. Brasília: Enap, 2025.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, D. J. L. **Formas de organização gerencialista na política de gestão da educação em Pernambuco**: percepções dos gestores escolares sobre o PMGP/ME. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, UFPE, Recife/PE, 2023.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIMA, J. M. C. de. **JOGANDO COM AS REGRAS DO JOGO**: estratégias e táticas utilizadas para a avaliação externa em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) da Rede Estadual de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, UFPE, Recife/PE, 2020.

LIMA, J. M. C. de; SANTOS, A. L. F. Estratégias e táticas utilizadas para melhorar o desempenho na avaliação externa: o caso de professores e gestores que jogam com as regras do jogo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 01 e130440, 2024.

MARQUES, L. R.; MENDES, J. C. B.; MARANHÃO, I. M. L. A nova gestão pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 351-367, maio/ago., 2019.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Niterói: Eduff, 2018.

NASCIMENTO, T. F. C. de L. **Precarização, Intensificação e Adoecimento Docente nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMS) e Escolas Técnicas Estaduais (ETES) do estado de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, UFPE, Recife/PE, 2024.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na Educação Básica em Pernambuco**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2014.

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 83, n. 1, p. 143-162, 2020.

OLIVEIRA, D. A. **Da Promessa de futuro à suspensão do presente**: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008**. Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE. Recife, 2008a.

PERNAMBUCO. **Programa de Educação Integral**. Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008b.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo a excelência em gestão escolar**. Módulo XII – Políticas de responsabilização educacional. Recife, 2012.

SANTOS, A. L. F.; VILARINHO, E. Regulação e *accountability* na (re)configuração das políticas para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 3, 2021.

SAURA, G.; ADRIÃO, T.; ARGUELHO, M. Reforma educativa digital: agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização EdTech. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e286486, 2024.

SILVA, J. A. de A. da; BARBOSA, J. M.; BENITTES, V. L. A. Reformas no Ensino Médio pernambucano e as “modernizações-restauradoras” na rotina do trabalho docente. *In*: SANTOS, A. L. F. dos; ANDRADE, E. F. de; MARQUES, L. R. (Orgs.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco**: discursos, tensões e contradições. Recife: Editora UFPE, 2019.

SILVA, K. N. P.; TEIXEIRA, P. H. de M.; BARBOSA, E. de S. Os desafios para o trabalho docente na rede estadual de Pernambuco – as armadilhas da política educacional centrada na avaliação por resultados. *In*: SANTOS, A. L. F. dos; ANDRADE, E. F. de; MARQUES, L. R. (Org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco**: discursos, tensões e contradições. Recife: Editora UFPE, 2019.